



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO PARCEIRO
NA MELHORIA DO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Maria Ivete Lopes Baía

**Cruzeiro do Oeste – Pr
2009**

O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO PARCEIRO NA MELHORIA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

por

Maria Ivete Lopes Baía

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientadora: Profª. Sueli Menezes Pereira

Cruzeiro do Oeste, 18 de dezembro, Brasil.

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO PARCEIRO NA MELHORIA
DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

**elaborada por
Maria Ivete Lopes Baía**

**como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Prof^a. Dr^a. Sueli Menezes Pereira – UFSM
(Presidente/Orientador)**

Prof^a. Ms. Neridiana Fábria Stivanin – UFSM

Prof. Ms. Oseias Santos de Oliveira – UFSM

Cruzeiro do Oeste, 18 de dezembro de 2009

DEDICATÓRIA

Dedico essa Monografia a minha família, a meus colegas de turma, a tutora presencial Maria de Lourdes Botan, a tutora à distância Leila Baptaglin, da Universidade Federal de Santa Maria, por quem tenho um grande carinho, e a minha orientadora, a Professora Sueli Menezes Pereira, que muito me ajudou a construir esse trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus que é o eterno criador de todas as coisas, e que sempre está do meu lado, a meu esposo José Carlos, a meus filhos Patrícia Caroline e Mateus Henrique, pela compreensão e paciência nos momentos de ausência e principalmente pelo amor a mim dedicado e a todas as pessoas que me incentivaram direta e indiretamente a frequentar esse curso que me trouxe um grande crescimento pessoal e profissional..

RESUMO

Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO PARCEIRO NA MELHORIA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

AUTORA: MARIA IVETE LOPES BAÍA

ORIENTADORA: PROF^a: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Cruzeiro do Oeste, 18 de Dezembro de 2009

Este trabalho tem como objetivo averiguar o papel do Orientador Educacional na escola, refletindo sobre a origem e o histórico da Orientação Educacional, bem como a importância do trabalho deste profissional. Depois da aprovação das Diretrizes Curriculares de Pedagogia, o pedagogo tem por base a docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional além de poder assumir as funções de gestão na escola, o que justifica esta pesquisa que tem no orientador educacional um dos principais integrantes da gestão da escola na questão de interação família e escola. Esta pesquisa realizou-se a partir de uma fundamentação teórico-bibliográfica além de uma pesquisa de campo realizada em uma das escolas de educação integral do município de Cruzeiro do Oeste, relatando o trabalho da orientação educacional, onde procurou-se verificar o papel do Orientador educacional no contexto da educação, através de autores como: Grinspun, Silva, entre outros, assim como de documentos legais, tendo na 1ª LDB – Lei 4.024/61 e na atual LDB – Lei 9.394/96 as fontes primárias. Através dessa investigação procurou-se demonstrar a relevância da função do Orientador Educacional, no trabalho com o aluno e sua família, sabendo-se que seu trabalho, bem como dos demais profissionais da educação, como: diretor, professores, funcionários e pais, está pautado na prevenção, onde se deve procurar averiguar os problemas de aprendizagem do aluno antes que eles surjam, através de projetos, palestras de sensibilização, debates e principalmente visitas às famílias, trazendo-as para a escola, pois dentro de uma gestão democrática e participativa, escola e família, podem auxiliar na aprendizagem do aluno, resgatando-o como ser social e participativo.

Palavras-chave: orientação educacional; aluno; gestão escolar participativa, integração escola e família

ABSTRACT

EDUCATIONAL AS PARTNER IN IMPROVING TEACHING LEARNING PROCESS

This study aims to investigate the role of the Educational Advisor at the school, reflecting on the origin and history of the Educational Guidance and the important work of this professional. After the approval of Pedagogy Curriculum Guidelines, the teacher is based on the teaching of early childhood education and early years of elementary school, the education courses in Normal mode, and professional education courses and they could assume the functions of management school, which justifies this research that the counselor has a principal member of the school management on the issue of interaction between family and school. This research was carried out from a theoretical and literature and a field research conducted in a school of education of the city of Cruzeiro do Oeste. education in the context of education, by authors such as Grinspun, Silva, among others, as well as legal documents, and the 1st LDB - Law 4024/61 and the current LDB - Lei 9394/96 primary sources. Through this research attempts to demonstrate the relevance of the role of counselor, working with the student and his family, knowing that their work, as well as other education professionals, as principal, teachers, staff and parents, is ruled on prevention, which should seek to ascertain the problems of student learning before they arise, through projects, awareness seminars, debates and especially visits to families, bringing them to school, because in a democratic and participative management , school and family, can assist in student learning, rescuing it as a social and participatory.

Keywords: educational guidance, student, participatory school management, school and family integration

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A EDUCAÇÃO E O ORIENTADOR EDUCACIONAL.....	13
1.1 Histórico e Conceito da Orientação Educacional.....	17
1.2 Períodos históricos da Orientação Educacional	21
1.2.1 Período Implementador	22
1.2.2 Período Institucional	22
1.2.3 Período Transformador.....	24
1.2.4 Período Disciplinador	24
1.2.5 Período Questionador.....	26
1.3 Parceria Orientação Educacional/Escola e Família.....	27
2 A FAMÍLIA E O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	29
2.1 A Família: conceito e formação.....	29
2.2 O Papel do Orientador Educacional frente à família.....	31
3 A FAMÍLIA, A ESCOLA E O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	36
3.1 A Família e a Escola.....	36
3.2 Relato do Serviço de Orientação Educacional da Escola de Educação Integral.....	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

A meu ver a educação está presente na vida do ser humano desde o nascimento, e até mesmo no ventre materno. O bebê começa a ser educado muitas vezes com apenas uma olhar, um sorriso, uma palavra, um gesto. Diante disso, quando a criança atinge a idade escolar, ela já traz consigo um conhecimento adquirido em casa, no convívio familiar. É nesse sentido que a educação é importante para o ser humano, tanto a educação de casa, quanto a da escola.

Nos dias atuais, falar em educação é falar em cidadania. A educação pode transformar a vida das pessoas e estas a sociedade. Os meios de comunicação propagam isso o tempo todo, onde o governo mostra-nos a mensagem de que a educação é que forma o cidadão. O governo investe mas também cobra. Para isso, foram criadas pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, avaliações para medir o índice de desenvolvimento dos alunos, de modo a serem traçadas políticas e metas para os próximos anos. Mas nem sempre foi assim. A educação vem se transformando a cada época, tendo por base o momento político porque passa o país. Diante disso, cabe primeiramente à família educar seus filhos e, em conjunto com a escola introduzir a criança no mundo do conhecimento.

A educação brasileira ganha impulso no período da II República, especialmente através de um grupo de profissionais da educação que, inconformados com os acontecimentos relativos à educação, se unem e juntos lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação do qual faziam parte aproximadamente 27 educadores brasileiros que possuíam idéias inovadoras da escola moderna, a Escola Nova.

Nessa época, a educação era privilégio de poucos, pois quem tinha acesso à educação era apenas a classe alta. Os pioneiros defendiam uma escola pública, gratuita e obrigatória sob a responsabilidade do Estado, ou seja, uma educação como direito de todos e dever do estado, atingindo, assim, todas as camadas sociais, incluindo, necessariamente a classe menos favorecida da população.

Para que isso pudesse acontecer, havia necessidade de formar professores e, um dos cursos que se cria no período é o curso de pedagogia que, além de formar professores, forma os especialistas, tais como: supervisor escolar, inspetor escolar, administrador escolar, bem como Orientador Educacional para atuar nos sistemas de ensino. Ao final dos 4 anos de curso, o pedagogo sairia com a formação

de bacharel e de licenciado, sendo que mais tarde, esta formação seria fixada em Licenciatura, o que dava ao diplomado, o direito de trabalhar como técnico e como educador no curso normal.

sofrendo alterações ao longo da história da educação brasileira, os especialistas passaram a atuar, não apenas nos sistemas, mas também, na escola, especialmente a partir do período do golpe civil-militar de 1964 que altera a estrutura escolar até então existente através das leis 5540/68 (que modifica o ensino superior) e 5692/71 que transforma os níveis primário e secundário em 1º e 2º graus.

Segundo Grinspun (2001), a Orientação Educacional legitimou-se pela obrigatoriedade com a Lei 5.692/71, surgindo com a finalidade de qualificar para o trabalho, através da profissionalização.

esta situação foi alterada com a constituição federal de 1988, quando da redemocratização do país.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia em 2006, esse passa a formar para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Os Orientadores Educacionais buscavam uma fundamentação e formação teórica para uma ação mais competente, com o objetivo de demonstrar a importância de sua atuação, no sentido de cumprir os papéis que à ela foram designados.

A Orientação Educacional tinha como foco o atendimento ao aluno-problema, a sua família e os seus desajustes escolares. Passado o tempo, voltou-se a prestação de serviços, mantendo o ajustamento e prevenção.

Conforme Grinspun, 2001, a Orientação Educacional, na atualidade, caminha na busca da totalidade do aluno, preocupando-se com a ampliação do conhecimento do educando como pessoa, contribuindo para a construção de sua personalidade e levando a participar consciente e ativamente de sua própria história de vida, valorizando sua realidade.

Sua prática está engajada com as novas tendências da educação, tendo como objetivo a elaboração de projetos que promovam a participação do aluno e de

sua família no planejamento das atividades escolares, onde são considerados como agentes participantes do processo educacional e social.

Isso nos leva a refletir sobre a formação dos alunos, que tornam-se cidadãos críticos e atuantes, sendo a razão de existir da escola, que necessita do trabalho deste profissional, que pode colaborar com a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

À família cabe a função de educar e à escola a função de ensinar. Na escola o aluno vai se deparar com um mundo totalmente novo, novas amizades, novo meio de convivência, novo ambiente, onde direção, equipe pedagógica e administrativa, professores e funcionários passam a fazer parte da vida da criança assumindo cada seu papel. Dentre esses profissionais, o orientador educacional é o que assume a função de promover o elo entre família e escola, trabalhando diretamente com o aluno e com a família.

Sabendo-se que a família é uma instituição social que interfere diretamente no desenvolvimento da criança na escola, o trabalho do orientador se faz necessário, pois é comum se observar que em tempos atuais, a estrutura familiar sofrendo influência da estrutura política, econômica, tecnológica, enfim, da cultura de seu tempo, tem grande influência sobre a educação da criança e, neste sentido não se pode ignorar que a família é a base da formação da criança para sua educação escolar.

Com o desenvolvimento da sociedade é comum se observar que, cada vez mais cedo, os pais deixam os filhos em creches (centros de educação infantil) e escolas, para então, ocupar o mercado de trabalho e acabam atribuindo à escola responsabilidades que são suas, onde no âmbito escolar, pode-se observar como torna-se complexa a realização desse trabalho, tendo em vista a visão que a família tem da escola e vice-versa.

No entanto, vale ressaltar que mesmo as crianças passando maior parte do tempo longe da família, esta ainda tem grande influência sobre elas, visto que mesmo pequenina a criança traz para a escola uma visão de mundo adquirida no meio familiar.

Assim, o presente trabalho justifica-se na busca de procurar compreender as ações que o Orientador Educacional desenvolve para efetivar a aproximação da família na escola, tendo em vista a elaboração de projetos e propostas que possam contribuir no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Tratar do papel do Orientador Educacional e sua relação com as famílias dos alunos, em tempos atuais, é o foco deste trabalho para o que nos valem de pesquisa teórico-bibliográfica e documental, além de uma pesquisa de campo realizada em uma das escolas de educação integral do município de Cruzeiro do Oeste, na qual, através de relatos do trabalho de orientação educacional, procurou-se verificar o papel do orientador educacional no atual contexto.

A partir da pesquisa teórica, buscou-se investigar o papel do orientador educacional no contexto da educação, tendo em autores como: Grinspun, Silva, entre outros, as principais fontes. A pesquisa documental valeu-se da legislação da educação, tendo na 1ª LDB – Lei 4.024/61 e na atual LDB – Lei 9.394/96 as fontes primárias.

Para a pesquisa de campo foram utilizados relatos de visitas efetuadas às famílias pelo Serviço de Orientação Educacional – SOE – da Escola Municipal de Educação Integral Rocha Pombo, uma das escolas municipais das séries iniciais de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, localizada no bairro Vila Brasil, na periferia da cidade. É uma escola que funciona em tempo integral, conta com um corpo de 31 profissionais, sendo 01 Diretora, 01 secretária, 01 Orientador Educacional, 01 Supervisor, 19 professores, 08 funcionários de serviços gerais e atende a um total de 166 alunos distribuídos em Educação Infantil (Pré III) e Ensino Fundamental de 08 e de 09 anos.

O objetivo desse trabalho é verificar o papel do Orientador Educacional frente à tarefa de promover a interação família e escola, sem perder de vista a aprendizagem do aluno. Como objetivos específicos, pretendemos: a) conceituar e identificar o papel do Orientador Educacional no âmbito escolar; b) conceituar família e suas funções frente à escola; c) identificar as ações do orientador para aproximar família e escola; d) identificar o papel da família na gestão da escola.

O trabalho está dividido em (3) três capítulos estruturados da seguinte forma: O capítulo I aborda o conceito e papel da Orientação Educacional, bem como as ações desenvolvidas a fim de contemplar o melhor desenvolvimento integral do educando; no capítulo II averigua-se o conceito de família, definindo-se e discutindo-se as transformações da estrutura e funções sociais e seu relacionamento com o serviço de orientação educacional, numa retrospectiva histórica. Finalmente no capítulo III, fala-se da relação existente entre família e escola, tratando-se da relevância da participação da família no processo de aprendizagem escolar,

ênfatizando a contribuição escolar na formação social dos indivíduos, além da pesquisa de campo realizada na Escola de Educação Integral Rocha Pombo, através de observações, visitas e participação nas salas de aula e no pátio da escola e através de entrevista e conversa com a Orientadora Educacional.

1 A EDUCAÇÃO E O ORIENTADOR EDUCACIONAL

A educação, como mola mestra da sociedade, engloba os processos de ensinar e aprender, sendo exercida nos diversos espaços sociais, promovendo a adequação do indivíduo no grupo ou do grupo à sociedade. Todos necessitamos da educação. Em casa, na rua, na igreja, na escola ou em qualquer lugar ou momento, estamos envolvidos com a educação: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar, para saber, para fazer ou para conviver. Sendo assim, todos os dias misturamos a vida com a educação, seja ela na família, na sociedade, na escola pública ou privada.

A educação pública no Brasil, como compromisso do Estado, em nível nacional, surge nos anos 30. Em meio a importantes mudanças, acelera-se o processo de urbanização e industrialização com promessa de progresso para o país, mesmo em meio a conflitos políticos e sociais.

O plano educacional brasileiro foi apresentado por um grupo de educadores, sendo chamado de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – que se constitui em motivo de defesa acirrada no Congresso Nacional no processo da Constituição de 1934. A finalidade do Manifesto era oferecer diretrizes para uma política de educação, tendo como título: A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo.

Esse documento teve sua origem na IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931 pela Associação Brasileira de Educação – ABE, onde pedia-se “a elaboração de um documento em que fosse definido o ‘sentido pedagógico’ da Revolução de 1930, conforme solicitação feita pelo próprio Chefe do Governo” (LEME, 1988, p.113). Segundo Leme, a solicitação teria sido feita pelo próprio Getúlio Vargas a Francisco Campos, um dos intelectuais e ministro da educação e saúde pública no início do governo Vargas.

Lançado em 1932, o Manifesto configurou-se como motivo de disputa entre os defensores da escola pública, os pioneiros, e os defensores da escola privada, a igreja. O Manifesto dos Pioneiros promoveu grandes transformações na educação e na vida dos educadores, concebendo assim o movimento da Escola Nova no Brasil, sobre fortes influências econômicas, políticas e sociais.

O período histórico que teve início com a Revolução de 1930, com a institucionalização de uma política social, configurou a criação dos Ministérios da

Educação e Saúde e do Trabalho, tendo em vista que os investimentos do governo Vargas voltaram-se para o trabalhismo. Nesse contexto, o Manifesto posiciona-se difundindo ideais pedagógicos da educação nova ou escola nova e equaciona os problemas educacionais, substituindo o empirismo tradicional pela aplicação de métodos científicos (LOURENÇO FILHO, 1929-1950, p.32). Nessa época, as escolas primavam por uma educação católica, onde só tinham acesso as classes altas, ficando de fora a classe menos favorecida.

Diante disso, e contrários a esses costumes, os pioneiros defendiam uma escola mista, de educação laica, pública, gratuita e obrigatória, onde o Estado deveria proporcionar uma escola de qualidade e se responsabilizar pela educação do povo, o que antes era atribuído à família apenas. Nesse sentido, posicionaram-se a favor de uma escola mista, questionando as questões religiosas, levando em conta as questões sociais e proporcionando a todas as camadas sociais, oportunidades de ingressarem na escola.

O Manifesto dos Pioneiros também primava pela relação entre diferentes níveis da educação entre si e destes níveis com o nível de desenvolvimento psicobiológico dos alunos, bem como pela relação entre a escola, o trabalho e a vida: entre a teoria e a prática, em favor do progresso.

Sob um olhar liberal, a Escola Nova vê a educação como elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática, respeitando a potencialidade do indivíduo, colocando-o como mentor de seu aprendizado e capaz de, por si só, transformar a sociedade e o meio em que vive, onde a educação é compreendida como vida, experiência e aprendizagem.

Nessa perspectiva, pode-se perceber a importância do papel da escola e de seus educadores no processo educacional. Sendo assim, observa-se que a partir de 1930, surge a necessidade de intensificar o trabalho do educador, dando-lhe subsídios para sua formação.

Como conseqüência da preparação dos docentes, é criado o curso de pedagogia, cujo objetivo principal era formar profissionais para atuar na educação. Este curso surgiu junto com as licenciaturas, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1939, e apresentava a dupla função de formar bacharéis e licenciados, para atuar em diversas áreas, entre elas a pedagógica, sendo que nos três primeiros anos, formava-se em bacharel e no último ano, após concluir o curso de didática, recebia o diploma de licenciado.

Como bacharel, o pedagogo poderia assumir cargo técnico na educação e como licenciado, poderia trabalhar no curso normal, sabendo que essa função também poderia ser ocupada por qualquer pessoa que tivesse o diploma de curso superior. Isso perdurou no curso de Pedagogia até 1969, quando foi reorganizado, criando assim, as habilitações. Mesmo assim, algumas concepções do modelo antigo, permaneceram, sendo dividido em dois blocos distintos e autônomos: de um lado as disciplinas dos fundamentos da educação e do outro as disciplinas das habilitações específicas, passando então a formar “especialistas” em educação: (supervisor educacional, orientador educacional, administrador escolar e inspetor escolar), sendo ofertado definitivamente como licenciatura, garantindo ao diplomado, o direito de lecionar também nos primeiros anos do ensino fundamental.

Após a década de 60, em plena ditadura militar, sob ideais de segurança e desenvolvimento nacional, a escola torna-se veículo de repressão e submissão, onde eram delimitados os papéis dos especialistas da educação, atribuindo ao pedagogo, a tarefa de controlar e fiscalizar o magistério e auxiliar na adaptação social do aluno.

No final da década de 1970 começam os movimentos em prol à abertura política, o que vai se consolidar com a constituição de 1988 e, com ela, novas leis. Neste contexto, segundo Aguiar (2005), surgiam propostas para reformulação dos cursos de pedagogia devido à indefinição dos conteúdos básicos do currículo e pela falta de especificidade para o curso e pelo fato da área de saber da pedagogia ter como objetivo treinar pedagogos para atuar em tarefas não docentes na escola.

A autora coloca que, com isso os educadores se mobilizaram com o intuito de uma reformulação nos cursos de pedagogia, cujo ponto de partida foi o I Seminário de Educação Brasileira que ocorreu em 1978 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), transformando-se em marco histórico do movimento de educadores, demonstrando sua força durante toda a década de 1980, através de várias manifestações públicas, que visavam a redefinição e a busca de identidade dos cursos de pedagogia para a formação dos professores.

Do ponto de vista político, os educadores acreditavam na transformação político-social da sociedade brasileira, sendo considerada como processo de abertura democrática. Nesse sentido, “movidos pela consciência coletiva, deflagraram a luta pela valorização do magistério, assim como por um

profissionalismo que fora entorpecido pelo utilitarismo cego das políticas educacionais” (BRZEZINSKI, 2005, p.12).

Ainda segundo a mesma autora, no ano de 1998, foi instituída uma Comissão de Especialistas de pedagogia para discussão e elaboração das diretrizes de pedagogia, que desencadeou uma discussão de nível nacional, envolvendo coordenações de cursos e entidades tais como: ANFOPE¹, FORUNDIR², ANPAE³, ANPED⁴, CEDES⁵ e Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia.

A discussão final resultou nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, sendo encaminhado ao CNE⁶ no mês de maio de 1999, onde permaneceu aguardando regulamentação e definição de pontos de vista para a formação de professores.

De acordo com Aguiar (2005), em novembro de 2001 as entidades da área apresentam novamente ao CNE um documento intitulado “Posicionamento Conjunto das Entidades” que reafirma as diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, explicitando as diretrizes de 1999, que serviria de base para Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, elaborada pela Comissão de Especialistas de Pedagogia e pela Comissão de Especialistas de Formação de Professores e enviada ao CNE em abril de 2002.

Finalmente em 04 de abril de 2006 são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. De acordo com as diretrizes, a formação desenvolvida no curso aplica-se à docência de Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, de cursos de ensino médio de modalidade normal e educação profissional, de serviços de apoio escolar e áreas de conhecimento pedagógico, ou seja, a formação abrange integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino, bem como a elaboração, execução e acompanhamento de programas e atividades educativas, priorizando assim, a formação e atuação profissional dos pedagogos, que mais tarde expande-se para todas as áreas da educação.

Segundo Aguiar (2002), observando o que está disposto na LDB 9394/96, em seu artigo 64, o Parecer 03/2006 do CNE/CP, enfatiza que a licenciatura em

¹ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

² Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras

³ Associação Nacional de Política e Administração da Educação

⁴ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

⁵ Centro de Estudos Educação e Sociedade

⁶ Conselho Nacional de Educação

pedagogia forma para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional da educação básica, além de estabelecer condições para efetivação da formação pós-graduada, reiterando que a formação de profissionais da educação para funções do magistério deve ser baseada no princípio da gestão democrática da escola na construção de uma educação de qualidade.

Tendo em vista esta formação, primeiramente o trabalho do orientador educacional foi atrelado ao serviço de Psicologia, com atividades isoladas, cujo objetivo era o de aconselhamento de cunho religioso. Em outro momento, o serviço assume uma posição de reflexão das necessidades sócio-educacionais, posicionando-se a serviço do aluno e do processo educacional, procurando fazer o elo entre escola e família, o que muitas vezes torna-se difícil, pois encontra dificuldade de abertura por parte da família, que nem sempre está aberta ao diálogo.

Segundo Martins (1984), o Orientador Educacional é o responsável por manter estas ligações entre escola e família, com o objetivo de conhecer melhor o próprio educando, bem como sua convivência familiar. Diante disso, segundo o mesmo autor, o serviço de Orientação Educacional poderá realizar visitas cordiais às residências dos educandos, considerados problemáticos, quando as circunstâncias assim exigirem, e levar a família a participar da vida escolar de seu filho para solucionar o problema, sendo que nesta ocasião o orientador deve manter um clima de cordialidade e franqueza, a fim de que os pais possam compreender qual o real sentido do seu trabalho.

1.1 Histórico e Conceito da Orientação Educacional

Na trajetória histórica da instauração da Orientação Educacional no Brasil, pode-se dizer que a princípio era considerada como assistencialismo, o que com a passar do tempo sofreu influências das tendências educacionais, implementada com a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 30 de janeiro de 1942, em destaque no Cap. XIII: Da Orientação Educacional, Art. 50, 51 e 52 e no Cap. XV: Do Corpo Docente, Art. 56,

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais. **Art. 51.** Incumbe também à

orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares. Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica. Art. 56. Os orientadores educacionais farão parte dos corpos docentes, sendo a sua formação, e os seus estudos de aperfeiçoamento ou especialização, feitos em cursos apropriados.

Nesse período, o orientador educacional era reconhecido como coordenador da organização didática na escola. Esta função era vista com maior importância nos centros de pesquisa das secretarias estaduais de educação para apoio pedagógico aos professores no sentido de garantir a aprendizagem.

A partir de 1942, as leis tornam obrigatória a função do Orientador Educacional na Escola, surgindo a preocupação de formação e qualificação desse profissional da educação. Assim, o serviço de orientação ganha visibilidade, sendo legalmente instituída.

Na Lei de Diretrizes e Base – Lei 4024/61 de 20 de dezembro de 1961, aprovada no mandato de João Goulart, em seu Título VII: Da Educação de Grau Médio, Cap. IV: Da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio, Art. 57, no Título VIII: Da Orientação Educativa e da Inspeção, Art. 62, 63 e 64, também contempla a Orientação Educacional, que diz:

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio. Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam. Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação de ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos de magistério. Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

Diante disso observa-se que até essa data, o Orientador teve função pedagógica. A partir do golpe de 64, o papel do orientador passou a ser o de aconselhamento vocacional e responsável pela solução de problemas de ordem pessoal dos alunos, especialmente ligados à questão da disciplina ou indisciplina deste, o que envolve as famílias, tomando uma dimensão assistencialista, preocupada com o aspecto psicológico dos alunos. A função pedagógica ficou para o supervisor com trabalho voltado para o professor e o orientador voltado para o aluno. Assim, o trabalho foi dividido, onde cada um na equipe pedagógica exercia função diferente, o que reduziu a qualidade da educação.

Isso pode ser observado na Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971, no mandato de Emílio G. Médici, que em seu Cap. I: Do Ensino de 1º e 2º graus, Art. 10 e no Cap. V: Dos Professores e Especialistas, Art. 33, diz:

Art. 10. Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade; Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de Graduação com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Atualmente muitas mudanças na educação brasileira, são originárias da Constituição Federal de 1988 – CF e, em consonância com seus princípios, alguns anos depois, foi promulgada a nova lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, que vigora até os dias atuais. Nela também está contemplado o trabalho da Orientação Educacional, em seu Título VI: Dos Profissionais da Educação, Art. 64, que diz:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Sendo assim, a formação do pedagogo deve garantir-lhe condições para que este possa atuar em vários campos educativos atendendo às demandas sócio-

educativas, onde o objeto de pesquisa da Pedagogia é a educação, nos seus aspectos teóricos e práticos.

A legislação tenta reverter o papel do individualismo na escola com a gestão democrática. É assim, que os especialistas poderão assumir compromisso com as decisões coletivas, mas que ainda não atinge seus objetivos.

A educação brasileira é um direito social de todos, determinado pelas políticas públicas, sendo que o Estado é o responsável em oferecê-la com qualidade. A partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei 9394/96, passa-se a observar a retomada do papel do Estado no tocante à garantia de educação de qualidade para todos em todos os níveis e modalidades e maiores investimentos na educação, diante de um processo de democratização do ensino.

Um dos pontos que podem ser ressaltados em relação às políticas públicas, é o apoio à prática docente e a formação dos professores, bem como o apoio à gestão democrática e participativa, que dá a oportunidade a todos de discutir e opinar sobre a relação da prática pedagógica com a sociedade e com a escola.

Tendo em vista a perspectiva neoliberal, surge um novo olhar em relação à qualidade da educação, que passa a ser associada ao mercado de trabalho. Isso promoveu transformações nas escolas, que se tornaram prestadoras de serviço, e essas mudanças nas relações escolares, agravaram a desigualdade na educação

Nessa perspectiva, é lançado um novo olhar aos gestores educacionais, onde o curso de Pedagogia propicia novas oportunidades para os estudantes obterem uma sólida formação teórico-prática, com uma visão que possa desenvolver competências referentes ao seu campo de atuação. Propõe-se que no curso haja espaço para um aprofundamento que venha efetivar em nível de especialização. A qualidade desejada é debatida nos principais fóruns educacionais, como afirma Freitas,

Que o curso de pedagogia, em grande parte das IES – Instituições de Ensino Superior, desde meados de 1980, constitui-se como um curso de “graduação plena, licenciatura e bacharelado, com projeto pedagógico próprio, responsável pela formação dos profissionais para a educação básica, eliminando a fragmentação das antigas habilitações e possibilitando sua inserção em outros campos profissionais”. É, hoje, o único curso de formação dos profissionais da educação que tem essa organização, com projeto pedagógico específico, sob total responsabilidade das faculdades/centros de educação, superando as dicotomias entre bacharelado e licenciatura, formação pedagógica e formação específica, presentes nos demais cursos de licenciatura. (1999, 26)

Nesse sentido, a gestão democrática e participativa toma uma dimensão nunca vista, pois conforme descrito na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/96, a escola se transformou num ambiente de participação ativa de todos os segmentos da sociedade e a família ganha lugar privilegiado nesse processo.

O governo assume o compromisso de dar subsídios para uma educação de qualidade, mas quem tem papel fundamental de fazê-la acontecer de fato, são os profissionais da educação: direção, equipe pedagógica, professores e funcionários das escolas.

Da mesma forma observa-se que nos últimos anos o Brasil vem passando por transformações econômicas e sociais, tecnológicas e políticas, bem como no sistema educacional. Comprometido com as políticas educacionais, o processo da Orientação Educacional procura compreender o aluno como um ser real e concreto, com necessidades e vontades próprias, inserido na sociedade, tendo por base a relação desta com a escola. Com isso, se faz necessário levar em conta que o aluno advém da família, que se transforma da mesma forma que a sociedade.

1.2 Períodos históricos da Orientação Educacional

A LDB 9394/96 não apresenta uma referência específica relativa a Orientação Educacional, porém é mencionada em muitos artigos. Partindo desse ponto de vista, Placco (1998) diz que cabe ao orientador formar o cidadão responsável e transformador:

O papel básico do Orientador Educacional será o de auxiliar o educando a tornar-se consciente, autônomo e atuante nessa tarefa, auxiliando também o aluno, na identificação de seu processo de consciência, dos fatores sócio-econômico-político-ideológico que o permeiam e dos mecanismos que lhe possibilitem superar a alienação decorrente desses processos, tornando-se assim, um homem-coletivo: responsável e transformador. (PLACCO, 1998, p. 115)

Tem sido uma preocupação constante dos educadores, hoje, e, em especial dos orientadores educacionais, analisar a serviço de quem e para quem serve a orientação educacional. Na medida em que essa especialização sofreu uma transformação em seus conceitos, parece-nos necessário refletir sobre essa área,

partindo dos próprios conceitos que a caracterizaram em seus diferentes momentos históricos (GRINSPUN, 1986, p. 96). Segundo a citada autora, a evolução do conceito de Orientação Educacional, no Brasil está diretamente vinculada a cinco períodos marcantes:

- Período Implementador (de 1920 a 1941);
- Período Institucional, subdividido em Período Funcional (de 1942 a 1950) e Período Instrumental (de 1951 a 1960);
- Período Transformador (de 1961 a 1970);
- Período Disciplinador (de 1971 a 1980);
- Período Questionador (a partir de 1980);

1.2.1 Período Implementador

Segundo o pensamento de Grinspun (1986) como referencial para esse tópico de estudo, no Período Implementador, “o conceito de Orientação Educacional era o conceito importado de uma orientação nitidamente vocacional” (p. 96). O objetivo básico da Orientação Educacional, nesse período, era a seleção para o treinamento profissional, adotando, como estratégias, as técnicas psicométricas, cujos resultados eram devolvidos aos alunos sob a forma de “perfis profissionais”. O orientador educacional desenvolveu, nesse período, o papel de “Técnico em Seleção”. Algumas tentativas de adaptar ao contexto brasileiro as baterias de testes importadas, sobretudo dos Estados Unidos, ocorreram nessa fase, sem realmente, uma efetivação significativa.

1.2.2 Período Institucional

O segundo período, o institucional, caracterizou-se, no dizer de Grinspun (1986), pelo surgimento da Orientação Educacional na legislação brasileira. A obrigatoriedade da Orientação Educacional instituída, em primeiro lugar, para o Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4073, 30/01/42), em seguida para o Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4244, 09/04/42), depois para o Ensino Comercial (Decreto-lei nº 9614, 28/12/43) e, finalmente, para o Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9693, 20/08/46) gerou a necessidade de formação profissional para o orientador educacional, o que veio a ser uma das preocupações básicas da Orientação

Educacional, nessa época. Durante esse período, foram organizados os três primeiros simpósios de Orientação Educacional no Brasil, realizados em 1957, 1958 e 1960.

A Orientação Educacional Psico-Sócio-Pedagógica, conceituação citada por Bonfim (1981, p. 22) para caracterizar as bases da Orientação Educacional, nesse período em que é instituída por lei, no Brasil, não se preocupava com a formação da personalidade do aluno em função de princípios morais e religiosos e nem, especificamente, com a sua adequação ao exercício da profissão. Buscava, com bases científicas, alcançar o desenvolvimento integral da personalidade do educando, visando o seu ajustamento pessoal, escolar e social.

Nessa fase, o sucesso do orientador estava na dependência direta da sua compreensão da escola como um sistema social, a fim de determinar o tipo de ajuda que deveria oferecer e como oferecê-la. As contradições da própria sociedade não eram questionadas e as atividades de orientação eram marcadas por um cunho assistencial, cujo objetivo era o desenvolvimento integral das potencialidades do indivíduo. Esta etapa passou a ser conhecida pelo nome de “Orientação Educacional Centrada no Aluno”, surgiu no cenário educacional, de forma ampla, nas Leis Orgânicas do Ensino e priorizava, como estratégia de atuação básica, o “Aconselhamento *Stricto Sensu*”, visto como “um processo de ajuda pessoa a pessoa, realizado diretamente pelo orientador educacional, individualmente ou em grupo” (LOFFREDI, 1976, p. 46).

No Período Institucional Funcional, o orientador era visto como um catalisador de conflitos e, “o conceito de orientação estava diretamente relacionado com o caráter corretivo, isto é, dever-se-ia tratar o aluno nos seus diferentes campos: saúde, educação, família, etc.” (GRINSPUN, 1986, p.98).

A partir da década de 50 (Período Institucional Instrumental), começa a tomar vulto o caráter profilático da Orientação Educacional, onde se pretendeu estender a orientação a todos os alunos da escola, na busca de prevenção de desajustes e comportamentos insatisfatórios.

Esse conceito perdurou até a década de 60, centrado em estratégias como sessões coletivas, onde eram discutidos e analisados, por meio da aplicação de técnicas de dinâmica de grupo, problemas de liderança, relacionamento, frustrações, agressões, etc. É a fase que priorizou o movimento psicanalítico e que se caracterizou, enquanto reflexo ideológico, por uma luta entre as teses liberais e

desenvolvimentistas, em meio às quais a educação procurava um lugar próprio. A Orientação Educacional Psicológica, caracterização citada por Bonfim, “percebia os problemas e / ou os desajustamentos individuais como uma questão puramente pessoal e valorizava a eficácia individual e o ajustamento pessoal e social” (1981, p. 21).

1.2.3 Período Transformador

No início dos anos 60, assinala-se o eclodir de um novo período na Orientação Educacional que, por procurar transformar a orientação importada em uma orientação necessária à realidade brasileira, foi denominado por Grinspun (1986), de Período Transformador. Cria-se, nessa fase, a profissão do orientador educacional no Brasil, sistematizada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que buscava delinear um campo próprio para a Orientação Educacional, além de reafirmar a sua obrigatoriedade e estabelecer normas para a formação desse profissional, por meio de diversos pareceres.

No final da década de 60, em 1968, a Lei nº 5562 preceitua em seu artigo 1º, que a Orientação Educacional seja realizada de maneira a integrar os elementos que exercem influência na formação do indivíduo, preparando-o para o exercício das opções básicas. A Orientação Educacional, passa, então, a ser inserida no programa geral da escola, com vistas a favorecer um clima educativo saudável, pela interação das várias funções e papéis dos que faziam a comunidade escolar. É ainda nesse período que o Conselho Federal de Educação, interpretando a Lei nº 5564 / 68, por meio do Parecer nº 252, de 11 de abril de 1969, e da Resolução nº 269, de 12 de maio de 1969, estabeleceu a formação do orientador educacional em nível de graduação, como uma das habilitações do curso de Pedagogia. Ainda nessa fase, é de importância ressaltar a diversificação dos objetivos da Orientação educacional, que se desloca do problema para a pessoa do orientando.

1.2.4 Período Disciplinador

O Período Disciplinador nasce com a Lei nº 5692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, nomenclatura da época para o que, hoje, envolve o ensino fundamental e médio. Nessa fase, observa-se o esboçar de uma

ênfase de adaptação às necessidades sociais e à formação profissional, tornando a Orientação Educacional não apenas obrigatória, como imprescindível. Em seu artigo 10, o aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade, veio fazer brotar uma nova fase em Orientação Educacional. O Parecer 337/72, que trata da significação da formação especial do currículo de 1º grau, apresenta as diferentes conotações que “qualificação para o trabalho” assume no ensino de 1º e 2º graus: no 1º grau, o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho e, no 2º grau, de habilitação profissional.

Respalhada pelo Decreto nº 72846/73, que regulamenta a Lei nº 5564/68, o exercício da função de orientador educacional põe em destaque a orientação vocacional detalhando-a desde a caracterização da comunidade, da escola e da clientela, ao processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades, à informação profissional, ao acompanhamento pós-escolar e à integração escola-família-comunidade.

A Orientação Educacional busca, mais uma vez, a sua inserção no contexto social, devendo o orientador, como coordenador do processo de escolha profissional, entrar em contato com o real sentido do trabalho inserido em uma sociedade de classes, passando a tomar consciência de sua função política, postura para a qual não se sentia e nem havia sido preparado.

Nessa década de 70, surgem várias correntes ou concepções de Orientação Educacional. Segundo Bonfim (1981), é a fase em que vamos encontrar, nos escritos sobre Orientação Educacional no Brasil, uma “abordagem discipulocêntrica, que se preocupava em propiciar oportunidades de individualização da educação, visando a garantir a todos os alunos condições de formação de uma personalidade crítica e objetiva, favorecendo o desenvolvimento de cada aluno no sentido da construção responsável de sua autonomia” (p.29).

Ainda segundo a autora citada, é a fase em que, “visando a uma racionalização nas decisões pessoais e sócio-profissionais, surgiu no Brasil a corrente decisória da Orientação Educacional” (p. 32). É, também, em meados da década de 70, que Bonfim destaca o surgimento de uma nova perspectiva de Orientação Educacional. Essa perspectiva, a Orientação Educacional e os Agentes de Mudança, propunham para o orientador um papel de mobilizador e estimulador de mudanças, agindo como um especialista em relações interpessoais (BONFIM, 1981, p. 33).

A Orientação Educacional passava a ser vista como preocupada (e ocupada) com o desenvolvimento das relações interpessoais e, como tal, passível de ser estendida a todos os graus de ensino. Propunha-se uma nova estratégia de trabalho - a "Orientação Educacional Centrada no Professor" - e enfatizava-se o envolvimento de toda a equipe educativa, sendo "a primeira reação explícita ao aspecto acomodativo e adaptador da Orientação" (BONFIM, 1981, p. 55).

Essa perspectiva de orientação Educacional foi a precursora de todo um movimento crítico a se desencadear na década posterior, quando, a partir dos anos 80, começa-se a sentir, entre os orientadores educacionais, a instauração de uma verdadeira crise profissional. Começam a surgir os questionamentos dos profissionais com relação tanto à ideologia que regia a prática da Orientação Educacional, como às próprias teorias e instrumentos utilizados.

1.2.5 Período Questionador

A partir da década de 1980 – período questionador, acontecem muitos questionamentos e modificações na política e na sociedade com vistas à abertura política do país. Isso reflete profundamente na educação, na escola e na orientação educacional. O trabalho do orientador em muitos cursos, passa a ser integrado ao trabalho do supervisor, baseado na proposta curricular, tendo em vista que o foco é sempre o aluno, onde sua realidade é trazida para a escola.

O Período Questionador configura-se num momento de parada e reflexão que retrata as inquietações pelas quais passou a Orientação Educacional, na busca por um espaço próprio, específico e definido no campo educacional.

Algumas questões bem marcantes do Período Questionador foi uma busca intensa por uma análise crítica do papel do orientador educacional nas escolas, bem como por uma caracterização do próprio serviço de Orientação Educacional no processo educativo. Nessa fase, os eventos de orientação estão voltados para a discussão dos problemas emergentes da educação, e do resgate dos momentos históricos, para a compreensão dos fenômenos sociais.

Acontece nessa época uma organização dos orientadores, surgindo sindicatos e valorizando-os como trabalhadores da educação. Sua prática passa a ser mais dinâmica e aberta, promovendo um ajustamento do aluno à família, à escola e à sociedade.

No início da década de 1990, surgiram muitos questionamentos em relação à orientação educacional, colocando em dúvida sua continuação ou não, porém, Grinspun defende que:

Primeiro: ela não deixará de existir, pois nunca deixará de existir a educação e elas estão ligadas a tal ponto que o próprio conceito etimológico de educação se compromete, enquanto educare, com a Orientação, isto é, refere-se a orientar, guiar, conduzir o indivíduo; segundo: porque o centro do processo educacional é o aluno e sempre ele foi o campo do trabalho da Orientação; portanto o aluno é o sujeito da educação, e o sujeito e objeto da Orientação... (1998, p.26)

Neste sentido, estudar o tema se faz necessário à medida que permite aos profissionais e pesquisadores da área da educação, mais precisamente orientação educacional, uma visão direcionada para a reflexão da ação do seu trabalho junto ao educando, corpo docente, corpo técnico e a família, bem como o compartilhamento dos compromissos e responsabilidades de desenvolver um trabalho que visa a melhoria do processo e dos resultados educacionais.

Diante disso, Grinspun, afirma que:

Hoje vivemos a fase crítica, em que se procura ajudar o aluno, como um todo, com os seus problemas e o significado dos mesmos junto ao momento histórico que vivemos. A Orientação está do lado do aluno fazendo-o compreender que naquele momento assinalado ele também está vivendo a sua própria história de vida (1998, p.17)

Esse trabalho torna-se relevante, porque possibilita um embasamento teórico no que refere ao desenvolvimento do conjunto de ações que envolvem e sensibilizam os agentes educacionais e vai ao encontro às necessidades da comunidade escolar vigente.

1.3 Parceria Orientação Educacional/Escola e Família

Nesse sentido, o Orientador Educacional é o profissional que possibilita o outro a ser, crescer e vivenciar emoções; é promotor e articulador das relações pessoais e interpessoais, visando contribuir para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

O Orientador Educacional pode contribuir muito com professores, alunos e pais, favorecendo o relacionamento de todos, suas posturas e responsabilidades, frente ao processo de gestão educacional.

A função de Orientação Educacional é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático, estando integrada em todo o currículo escolar sempre encarando o aluno como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos: intelectual, físico, social, moral, estético, político, educacional e vocacional.

Em relação aos educandos, o orientador deve procurar captar a confiança e cooperação deles, ouvindo-os com paciência e atenção e, quando necessário ser firme sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola, levando-os a desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização.

O compromisso com a construção da cidadania relaciona-se intimamente a uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade, em especial com uma preocupação voltada para a sociedade onde estamos inseridos. Frente a este contexto é necessário então lançar um olhar diferente ao processo ensino-aprendizagem.

Esse olhar diferente está sendo proposto, por meio de um estudo específico, que busca identificar e divulgar o Serviço de Orientação Educacional como um dos parceiros fundamentais do processo ensino-aprendizagem e no relacionamento interpessoal de todos os envolvidos. A Orientação Educacional vai configurando-se a partir de ações coletivas que se caracterizam na sustentabilidade para que os profissionais que trabalham com o educando, possam qualificar sua ótica através do diálogo e da troca de informações e saberes.

2 A FAMÍLIA E O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Família é o espaço de convivência entre os membros que fazem parte dela, unida por laços afetivos, que costuma partilhar o mesmo teto. Esta convivência pode ser agradável ou desagradável. Por outro lado, em alguns casos, a família parece estar a deriva e esta definição acaba por cair por terra, encontrando-se sem referência e desprotegida, bombardeada pelos meios de comunicação e pelo consumismo desenfreado porque passa a sociedade atual. Na realidade o que mantém grande parte das famílias unidas, são os laços afetivos e o amor dos pais pelos filhos.

A partir do momento que um homem e uma mulher decidem viver juntos, a família é constituída. Os filhos que nascem desta relação, passam a fazer parte dessa família. Nesse sentido, observamos que é uma grande responsabilidade colocar uma criança no mundo, pois não basta fazer isso. Os pais antes de mais nada precisam ter a consciência de que os filhos dependem deles, pois é na convivência familiar que esses desenvolverão sua personalidade.

2.1 A Família: conceito e formação

Mesmo sabendo que a família vem se transformando com o tempo, independente de sua formação, esta tem que, em determinado momento, desempenhar as funções educativas, transmitindo valores culturais e relações sociais aos filhos.

A família é o primeiro grupo de mediação do ser humano com o mundo social, responsável por sua sobrevivência física e mental, bem como tem o papel de conscientizar sobre o exercício dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando seu crescimento e desenvolvimento.

Devido ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a família passou a dividir a função de introduzir o indivíduo na sociedade com instituições educacionais como: creches, pré-escolas e escolas e isso acontece em todas as classes sociais.

Anteriormente o conceito de formação da família estava ligada aos laços sanguíneos onde os membros se limitavam ao pai, mãe e filhos, sendo o pai o

provedor do sustento, que tinha contato com a vida social e o mercado de trabalho. À mãe cabia as obrigações dos cuidados domésticos e educação dos filhos. Desta forma a esposa e filhos deviam obediência ao seu provedor, que era a única fonte de renda familiar, cujo modelo era conhecido como patriarcal e nessa época o casamento era tido como união eterna.

Com o passar dos tempos, as mudanças na sociedade levaram o modelo de família a ganhar outros contornos, onde as necessidades de sobrevivência levaram a mulher a ter que se introduzir também no mercado de trabalho, tornando-se peça importante no provimento financeiro da família e, em muitos casos, a única provedora.

Hoje em dia existem várias tipos de formação familiar. Cada uma delas tem suas características próprias sem seguir padrões antigos. São famílias de pais separados, que constituíram outras famílias, onde estes se casaram e agora o filho tem padrasto e/ou madrasta, famílias sob a responsabilidade de mulheres ou de homens sem a companheira, famílias formadas por avós, ou outros parentes e até por conhecidos, que se prontificam a cuidar e/ou adotar a criança, o que fez com que caísse por terra o conceito da família formada de pai, mãe e filhos.

Com a entrada da mulher/mãe no mundo do trabalho, houve uma reviravolta nos papéis familiares. Esta, que antes era a dona do lar, agora passa a ser a chefe da família. O homem/pai, que era o chefe da família, em muitos casos é que assume o papel de “dono da casa”. Outras vezes não há nenhum dos dois em casa e a criança precisa se virar sozinha. Em alguns casos, os avós, tios, parentes, vizinhos é que ficam encarregados de assumir esse papel.

No contexto atual em que vivemos, percebemos que a família não é mais a mesma, ou seja, já não se tem mais o mesmo modelo de família: pai, mãe e filhos. É muito comum hoje a separação de pais, e os filhos acabam sendo criados por padrastos, madrastas, irmãos mais velhos, tios, avós e pais e mães solteiros ou que vivem sozinhos e acaba assumindo os dois papéis ao mesmo tempo: pai e mãe.

A separação de pais afeta a estrutura familiar e as conseqüências desta situação representa perda da segurança e instabilidade quanto ao futuro dos filhos, ocasionando sentimentos negativos nos mesmos, no que diz respeito à segurança pessoal, atitudes sociais e auto-controle.

É comum se observar também muitos casos de mães solteiras, viúvas ou separadas que comandam as família sozinhas, o que também acontece com os pais

que muitas vezes também estão a frente de suas famílias sem a ajuda de uma companheira.

Segundo Tiba, “a mulher mantém muito mais a estrutura familiar que o homem. Portanto, uma família sem mãe sofre muito mais o risco de desagregação, de cada um ir para o seu canto, que uma família sem pai” (2002, p.38).

A família mudou também no aspecto cultural, pois alguns casamentos passaram a ser realizados como negócio e interesses individuais, o que ocasiona uma relação mais próxima do casal com os filhos, tornando a educação mais liberal, onde pais e filhos tratam-se como amigos, e a figura paterna não é mais vista apenas como o provedor do sustento, mas também como participante na educação dos filhos e nos assuntos domésticos em geral.

Algumas famílias parecem estar à deriva, sem referência, impotente e desprotegida diante do consumismo, bombardeada pelos meios de comunicação e sem encontrar respostas a esses ataques.

Isso vem provocando o afastamento precoce dos filhos do convívio familiar e faz com que o compromisso de educar seja dividido com a escola. O pai passou a ser, ou mais presente na educação dos filhos, ou em alguns casos, nem se conta mais com essa figura.

Na família, o aluno passa por transformações, principalmente transformações de ordem psicológica. A história futura do indivíduo toma por base o clima emocional predominante na família de origem, na qual também podem ocorrer conflitos pessoais e interpessoais, especialmente quando este passa da fase da infância para a adolescência.

2.2 O Papel do Orientador Educacional frente à família

O Serviço de Orientação Educacional (SOE) é uma ação sistematicamente planejada e avaliada para, em conjunto, com a família e a escola, proporcionar aos alunos o real desenvolvimento humano, ao focalizar ações que, a partir de problemas detectados, atuem de maneira preventiva e investigadora.

A Orientação Educacional na escola toma para si um caráter investigativo e de extrema importância, pois aprende-se a conhecer o aluno através das observações realizadas, podendo-se mudar o rumo de uma intervenção. Este caráter investigativo é materializado, também na avaliação de ingresso, na qual cabe

a orientação educacional levar a família a conhecer o que está acontecendo com seu filho, para depois iniciar o processo investigatório, procurando sanar as dúvidas, incertezas e resistências.

Segundo Hoffmann,

Os registros em avaliação são dados de uma história vivida por educadores com os educandos. Ao acompanhar vários alunos, em diferentes momentos de aprendizagem, é preciso registrar o que se observa de significativo como um recurso de memória diante da diversidade e um “exercício de prestar atenção ao processo (2001, p.175).

Este é o papel do orientador educacional: acolher as famílias, constituir um vínculo de confiança para que o filho se torne aluno e não raras vezes, sujeito. Na maioria das vezes as frustrações em que este se encontra o sujeita a uma carga de fracassos e estereótipos que demoram a desfazer-se, por exemplo, em relação ao seu comportamento ou suas atitudes.

O Orientador Educacional é um articulador e proporciona à unidade escolar uma nova dinamização, tendo em vista a gestão democrática e participativa, onde além do diretor, também os coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, pais e alunos podem ser gestores, tomando decisões conjuntas na escola. Sendo assim, o Orientador Educacional é o responsável na promoção de trabalhos que possam antecipar os problemas educacionais dos alunos, muitas vezes advindos da família, através de palestras, conversas, visitas, promovendo uma aproximação entre família e escola, professor e família.

Seu trabalho também é realizado paralelo ao pedagógico, atuando na dimensão mais humana, elaborando estratégias e ações que garantam ao aluno, uma maior preparação para o futuro.

Segundo Grinspun,

A Orientação Educacional, como integrante do sistema escolar, por força da legislação oficial, observa, analisa, reflete e realimenta o processo educacional que ocorre na turma, na escola e na comunidade, considerando os fatores psicológicos e sociais que o envolvem, tendo como ponto de referência o aluno como pessoa (1986, p.97).

Na gestão escolar, o Orientador Educacional, bem como os demais envolvidos com o processo ensino aprendizagem (diretor, professores, funcionários, pais e alunos) são os responsáveis de levar a família a compreender os diferentes processos pelos quais passa o aluno, tendo um significativo papel formativo, pois os elementos sócio-culturais são a todo momento mobilizados. Diante disso, observa-se que um dos objetivos do trabalho do orientador educacional, além de discutir a prática educativa, é também levar a todos a compreender o trabalho realizado na escola.

O trabalho do Orientador Educacional, em uma instituição de ensino, tem como ponto de partida a necessidade, cada vez mais premente, de manter um bom relacionamento entre família e escola, entre pais e professores, entre alunos e professores, entre alunos e pais. Ele é um dos profissionais da equipe de gestão, que trabalha diretamente com os alunos, ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal, em parceria com os professores, procurando compreender o comportamento dos estudantes e agindo de maneira adequada em relação a eles, na escola, na organização e realização da proposta pedagógica e com a comunidade, orientando, ouvindo e dialogando com pais e responsáveis.

Por todos esses aspectos, o desenvolvimento da orientação educacional nas instituições educacionais faz-se imprescindível e exige planejamento, uma atualização constante, um olhar mais aprofundado para os alunos e suas famílias, mas principalmente para as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Eles, antes de tudo, procuram fazer um trabalho preventivo, com o objetivo de evitar que os problemas de aprendizagem e comportamento aconteçam no âmbito escolar, reúnem-se com pais, promovem palestras nas mais diversas áreas, visitam as famílias e discutem problemas didáticos e disciplinares com os professores e os pais do aluno, promovem eventos que estimulam o relacionamento interpessoal, aplicam e interpretam testes padronizados e quando necessário, aconselham o encaminhamento a psicólogos e psiquiatras nos casos de desvios mais complexos.

Conforme Grinspun,

O papel do orientador na dimensão contextualizada diz respeito, basicamente, ao estudo da realidade do aluno, trazendo-a para dentro da escola, no sentido da melhor promoção do seu desenvolvimento. A Orientação Educacional, como abordamos, não existe para padronizar os alunos nos paradigmas escolhidos como ajustados, disciplinados ou

responsáveis. O importante é a singularidade dentro da pluralidade, do coletivo (1986, p.29).

A atuação educativa do Orientador não é propriamente uma disciplina a ser ensinada, mas uma atividade, onde podem ser incluídas palestras, visitas educativas, conversas, tendo em vista uma formação comportamental.

De acordo com Grinspun (1998), é importante que a Formação Comportamental tenha caráter de atividade aberta, sem o conteúdo programático fixo. A sua sistematização define seu caráter pedagógico e evita que seja tomada como simples atividade de aconselhamento.

A Orientação Educacional atua em um processo cooperativo, mobilizando a escola, a família e o educando para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos, que auxilia o professor na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular.

Também é objetivo da Orientação Educacional esclarecer à família quanto às finalidades e funcionamento desse serviço, atraindo-a para a escola a fim de que nela participem como força viva e ativa, onde devem ser desenvolvidos trabalhos de integração: pais x escola, professores x pais e pais x filhos.

Diante disso pode-se concluir que é na família que os filhos/alunos desenvolvem sua personalidade, independente de viver bem ou não. O que leva-se em conta é a convivência familiar. Portanto, é no trabalho com a família que o serviço de Orientação Educacional deve se basear para conseguir desenvolver o seu trabalho a contento.

3 A FAMÍLIA, A ESCOLA E O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

3.1 A Família e a Escola

Todo ser humano tem a necessidade de sentir-se membro de uma família, pois esta é a base para qualquer ser. Essa afirmação não se refere somente a família de sangue, mas também a famílias construídas através de laços de afeto.

No sentido mais amplo, família é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo ou necessidade de estarem juntas, com o objetivo de construir algo e de se complementarem e através dessas relações tornarem-se mais humanos, aprendendo a viver a afetividade com mais vigor.

Partindo desse ponto de vista, surge a necessidade de se construir uma relação entre escola e família, onde deve-se planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola

Cada vez mais, a escola se torna uma das mais importantes instituições sociais de mediação entre o ser humano e a sociedade, tendo em vista a cultura, os valores morais e éticos, a socialização e o comportamento, trabalhando em benefício da sociedade e fazendo parte importante da vida dos alunos, e muitas vezes ocupando o papel que deveria ser cumprido pela família.

Diante disso, se faz necessário que família e escola trabalhem juntas, no compromisso com a educação das filhos/alunos formando um elo de aproximação, para melhor compreender o processo educacional como objeto a ser partilhado.

De acordo com Silva,

A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e atualmente para toda a sociedade (2009)

A participação da família no processo de aprendizagem desenvolvido na escola é fundamental, assim como o interesse da instituição em assistir aos pais na educação de seus filhos, promovendo palestras e dialogando com eles. Enquanto parte da equipe docente e pedagógica da escola, o Orientador Educacional deve

desvelar este posicionamento, procurando estar atento ao que acontece ao seu redor, tanto os acontecimentos e interesses da comunidade quanto às relações, valores e conceitos da sociedade como um todo.

De acordo com SILVA,

[...] hoje em dia há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos. A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade (2009.)

A família tem transferido para a escola, funções que eram suas: educação sexual, definição política, formação religiosa, entre outros. Diante disso, a escola foge do seu foco e a família acaba por não assumir sua verdadeira função. A escola, por sua vez, é um lugar de educação em todos os sentidos, não sendo apenas um lugar de ensino, mas uma instituição educadora e acaba trabalhando além da aprendizagem, também a continuidade da vida afetiva.

Com relação ao processo educacional, na compreensão de Sollé (2001): "cada etapa é um caso diferente e existem também muitas diferenças entre uma e outra etapa educacional".

A atuação do Orientador Educacional na escola de ensino fundamental se baseia nas perspectivas sócio-interacionistas, na concepção de que é essencial integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, levando em conta o incentivo e a promoção do equilíbrio emocional entre todos, onde no trabalho com projetos, leva-o a traçar seu plano de ação anual integrado ao PPP – Projeto Político Pedagógico da escola, onde pode acompanhar o aluno e seu desenvolvimento no âmbito escolar e não-escolar, visitando-o em suas famílias, contribuindo com a disciplina escolar, encaminhando alunos a outros especialistas quando necessário.

Levando-se em conta a participação da família na vida escolar do filho, o orientador educacional deve mostrar motivação, receptividade e aceitação, percebendo a importância do seu trabalho.

Os registros ou relatórios do trabalho realizado pelo Orientador Educacional, servem para que todos se sintam motivados, seguros e responsáveis com o processo ensino-aprendizagem.

3.2 Relato do Serviço de Orientação Educacional da Escola de Educação Integral

Com o objetivo de enriquecer esse trabalho, foi realizado um trabalho de pesquisa e observação do serviço de orientação educacional na Escola de Educação Integral Rocha Pombo, que tem seu funcionamento integral desde 2006. É uma escola cujas características diferenciam das escolas de ensino regular, pois os alunos permanecem o dia inteiro na escola, o que intensifica o trabalho de todos os profissionais dessa escola, inclusive do serviço de orientação educacional.

A orientadora da escola em questão relata atividades desenvolvidas por ela, tendo como foco principal a aproximação da família com a escola, levando em conta o ensino aprendizagem dos mesmos, visto que, por funcionar em período integral, os alunos chegam às 7:30h e retornam às 16:00h. É comum para eles se sentirem um pouco em casa. Em um dos períodos os alunos freqüentam aulas regulares, ou seja, nesse período é trabalhada a parte acadêmica através dos conteúdos do currículo escolar, com professores efetivos do quadro próprio do magistério. No outro período, os alunos freqüentam o contra-turno através de oficinas onde é trabalhada a parte física, motora, cognitiva, mental entre outras.

A escola oferece oito oficinas, sendo três pedagógicas: Língua Portuguesa, Matemática, Reforço Escolar e as demais são: Arte, Dança, Canto e Musicalidade, Recreação e Informática Educativa com computadores interligados á internet. As oficinas pedagógicas são desenvolvidas através do aspecto lúdico: (jogos e brincadeiras), leitura, interpretação, através de materiais concretos e atividades confeccionadas na sala com apoio dos alunos.

Segundo a orientadora, nas demais oficinas, observa-se que os alunos desenvolvem seus talentos e suas habilidades através da música, dança e canto, da arte, onde é trabalhado crochê, biscuit, tear, bordado, pintura entre outros.

Na escola foi criado um grupo de percussão este ano, que vem se apresentando em vários eventos dentro e fora do município. São cinquenta alunos de todas as séries, inclusive daqueles que no início foram matriculados por causa do

desvio de comportamento e aprendizagem. Isso faz com que muitos municípios da região venham visitar a escola com o objetivo de acompanhar o trabalho ali desenvolvido, levando a proposta da educação integral adiante.

As famílias, na sua maioria, estão sempre presentes na escola quando lhes é solicitada, com algumas exceções. Essa é uma das situações em que o trabalho da orientadora se faz necessário nessa escola. Ela faz as visitas à família, levando-a ao conhecimento da real situação do filho (a). Em alguns casos, a família não é encontrada. É então que o serviço de orientação educacional pede auxílio ao Conselho Tutelar, que trabalha em parceria com a escola.

A orientadora coloca ainda que também desenvolve um trabalho diretamente com os professores, tendo conhecimento do comportamento e aprendizagem de cada aluno. Quando percebe que este apresenta alguma dificuldade mais acirrada, se encarrega de encaminhá-lo à psicóloga, fonoaudióloga ou outros especialistas. À orientadora cabe também a função de fazer e encaminhar alunos à avaliação psico-educacional, quando necessário, realizando a anamnese⁷. A orientadora educacional e o supervisor trabalham em conjunto, um sempre ajudando o outro, assim como ocorre também com a Direção, Equipe Administrativa e funcionários. Os professores e oficinairos⁸ sempre que necessitam, solicitam o apoio destes profissionais, que atendem a todos na medida do possível.

É importante ressaltar ainda, que a Secretaria Municipal de Educação faz também um trabalho de parceria com a equipe da escola. esta parceria implica na visita de uma coordenadora à escola, semanalmente, acompanhando o trabalho realizado. Isso ocorre em todas as escolas da rede municipal com o objetivo de dar subsídios à escola e à equipe pedagógica, que repassa as informações aos professores. A Secretaria de Educação também é encarregada de promover reuniões, oferecer cursos de capacitação aos profissionais da educação, enfim, é o órgão municipal que rege a educação nas escolas da rede municipal.

No município de Cruzeiro do Oeste, assim como o NRE⁹ acompanha o trabalho nas escolas da rede estadual, a SMED¹⁰ acompanha o trabalho nas escolas

⁷ Entrevista realizada com as mães, onde é feito um questionamento desde a concepção, gestação, nascimento e infância da criança, que depois repassada à Pedagoga e à Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação, estas conseguem detectar se o aluno precisa de algum atendimento especial: sala de recurso ou sala especial.

⁸ São os professores que trabalham com as oficinas específicas de acordo com suas habilidades. Esses professores/oficineiros são contratados por meio de teste seletivo realizado pela administração municipal. Exemplo: para trabalhar na oficina de Canto, o professor/oficineiro deve conhecer de música

⁹ Núcleo Regional de Educação

¹⁰ Secretaria Municipal de Educação

da rede municipal. Sendo assim, a orientadora coloca também que tem encontrado muito apoio da Secretaria Municipal de Educação, bem como da direção da escola, desenvolvendo um trabalho em parceria, tendo em vista a visão de gestão escolar participativa.

Os demais funcionários são colaboradores e sempre que necessário, auxiliam no sentido de manter a ordem e a organização na escola. Os alunos por, sua vez, contribuem muito para que este trabalho seja realizado a contento, no qual os maiores (de 3ª e 4ª série) auxiliam os professores, recebendo a incumbência de monitor mirim, cuja função, é ajudar a cuidar dos alunos menores (educação infantil e ensino fundamental de 9 anos) no pátio, no parque e na sala de aula.

Os projetos que vêm sendo realizados pela orientadora da escola em questão, têm mostrado que todos juntos, pais, professores, alunos e orientadora, quando querem e se unem com os mesmos objetivos, fazem a educação acontecer. Entre outros, esta tem elaborado projetos com o objetivo de trazer a família à escola, promovendo palestras, reuniões, debates. Os alunos também são envolvidos em projetos promovidos pelos profissionais em questão, que tem trazido enfermeira, médico, enfim, pessoas da comunidade para proferir palestras, conversações entre outros.

As interlocuções ocorrem no momento em que professor e orientador educacional encontram-se para procurar compreender o aluno e seus comportamentos nos diversos ambientes, onde o orientador é um ponto apoio para auxiliar o professor na resolução dos problemas cotidianos que surgem na sala de aula e na escola. Muitas vezes a família pode ser convidada para acompanhar este trabalho, no entanto em algumas situações é necessário afastá-la, pois percebe-se que a interlocução prejudica o trabalho.

É nesse sentido que deve existir uma parceria entre família/escola. Isso pode acontecer através de um diálogo franco entre professores, pais, orientador educacional e direção, colocando em prática a gestão democrática e participativa. O objetivo desse diálogo é procurar entender as dificuldades de comportamento e de aprendizagem dos filhos/alunos.

A Orientação Educacional em conjunto com toda a comunidade escolar, poderá contribuir para a transformação da escola, buscando constantemente soluções de problemas, bem como planejando momentos culturais de modo que a

família, juntamente com seus filhos, possa participar ativamente do processo ensino aprendizagem, conforme destaca Grinspun:

A dimensão atual caminha para a construção de uma nova prática da Orientação, para um novo fazer do orientador, que não está pronto e acabado na escola, e sim deverá ser gerado e iniciado na escola, com o aluno, a partir de suas reais necessidades. O eixo condutor do trabalho do orientador é construir, junto com o aluno, as condições facilitadoras e desejáveis ao seu desenvolvimento, o mais pleno possível (1998, p. 148).

Para que isto possa acontecer a contento, o orientador tem de contar com o apoio da família do aluno, sendo necessária uma grande sensibilização para que todos se sintam envolvidos neste processo de constantemente educar os filhos. É a sociedade inteira a responsável pela educação destes jovens, desta nova geração.

Tendo em vista o que está acima descrito pode-se concluir que o trabalho do Orientador Educacional tem como função primordial, o trabalho de prevenção, através de projetos, palestras, promoção de conversas entre família e escola, família e orientação, com o intuito de antecipar soluções relativas aos possíveis acontecimentos que possam prejudicar participação social do aluno no sistema educacional.

Diante disso, podemos observar que o Serviço de Orientação Educacional da Escola pesquisada está no caminho certo para atingir o objetivo deste trabalho. Esse objetivo será alcançado na sua plenitude a partir do momento em que a sociedade, bem como todos os envolvidos no processo educacional se envolvam e levem em conta que além das palavras, a educação é o caminho para que estes alunos de hoje, tornem-se cidadãos conscientes que saibam lutar por seus direitos, mas que também tenham compromisso com seus deveres, que devem mostrar que a aprendizagem adquirida na infância é o que vai servir de base para seu futuro, além de saber se posicionar na sociedade como cidadão, que tem direito, mas que também tem deveres a cumprir.

CONCLUSÃO

Após realizar esse trabalho, que foi de grande crescimento para mim, onde tive que me aprofundar nos estudos, pesquisas e observações, posso concluir que consegui atingir os objetivos traçados por mim, que foi o de verificar o papel do orientador educacional frente à tarefa de interação família e escola.

Sendo assim, a Orientação Educacional se faz necessária por ser a mediadora entre o aluno e o meio social, tornando sua atuação viável, pois contribui para elaboração de novos projetos com alunos, por meio de problematizações e através das observações e investigação da realidade da sua escola. Trabalha juntamente com os demais envolvidos no processo educacional, entre eles: direção, professores, funcionários, pais e os próprios alunos, que em uma gestão participativa, discutem questões como: valores, atitudes democráticas, entre outros temas que visem à inserção da escola no contexto social, político e econômico.

A ligação entre o aluno e a sua família, leva-o a compreender a realidade, os interesses e as necessidades dos mesmos, o que pode ser promovido pelo orientador educacional através de debates envolvendo questões do dia a dia, bem como sobre outros assuntos, tornando-os assim integrantes do processo educacional.

O trabalho que vem sendo desenvolvido na escola de educação integral citada nesse trabalho vem nos mostrar que a educação está caminhando em direção à qualidade. Isso pode ser constatado pelo comprometimento da orientadora educacional quando relata sobre os projetos que vêm sendo desenvolvidos com a família e com os alunos, a parceria entre direção, professores/oficineiros, funcionários, secretaria municipal de educação, pais e alunos.

Além disso, pode-se concluir o contentamento da orientadora, quando relata que por estar participando do processo de implantação da educação integral desde o princípio, pode observar a mudança dos alunos, em relação ao comportamento, às habilidades adquiridas, mas principalmente relacionada a aprendizagem.

Segundo a orientadora, no início a escola recebeu alunos de todas as partes do município e se acreditava que por ser integral, resolveria todos os problemas de alunos com desvio de comportamento e de aprendizagem, e esses foram encaminhados para a escola. É comum receber pais, parentes e amigos dos alunos na escola para visitar e observar o trabalho. Isso pode ser observado através do

trabalho da orientadora, bem como dos demais profissionais da escola, vem promovendo um resultado positivo, diante das visitas feitas às famílias e, por estas se sentirem bem no ambiente escolar .

Hoje, após quatro anos de implantação da educação integral, os alunos mostram um excelente resultado que continuarão a aparecer no futuro desses alunos. Quando a orientadora coloca que os professores da escolaridade, osicineiros do contra-turno, equipe pedagógica, direção e funcionários, trabalham em prol do aluno, isso mostra que há um entrosamento e envolvimento e todos estão com foco na aprendizagem desses. O que pode-se perceber é que o sucesso de um, é também o sucesso de todos.

Portanto, a escola como um todo necessita do trabalho do orientador educacional, bem como dos demais, entre eles, diretor, supervisor educacional, professores e funcionários, contando com o apoio dos pais, que juntos promovem uma educação de qualidade, fazendo parte da gestão escolar participativa, sendo cada um por sua vez, gestor, considerando o compromisso de “todos pela educação” com a organização administrativa político pedagógica da escola com o objetivo de transformar o aluno em cidadão, levando-o a interagir e participar conscientemente do contexto social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A.; SCHEIBE L.: **Formação de profissionais da educação do Brasil: O Curso de Pedagogia em questão.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2009.

AGUIAR, M.A.S.; MELO, M. M. O. **Pedagogia e as diretrizes curriculares do curso de pedagogia: polêmicas e controvérsias.** Revista Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 11, 2005.

_____. **Espaço da gestão na formação do profissional da educação** In: FERREIRA, N.S.C.; MACHADO, L.M. *Política e gestão da educação: dois olhares.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BONFIM, E. M. A. **Orientação Educacional no Brasil: Estudo da Produção Literária (1940-1980),** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1981.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** 5. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

FREITAS, H. C. L. **A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores.** *Educação & Sociedade*, nº 68. São Paulo, Campinas, Cedes, 1999.

GRINSPUN, M. O. S. Z. **A Orientação Educacional e o Contexto Social.** Rio de Janeiro, Revista Fórum, 1986, 10 (4), 96-107.1986, p. 96).

_____. (org.) et al. **A prática dos orientadores educacionais.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. (org.) et al. **A orientação educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (org). **Supervisão e Orientação Educacional: perspectiva de integração na escola.** 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005

_____. **A Orientação Educacional - Conflito de Paradigmas e Alternativas para a Escola,** 176 págs., Ed. Cortez, 2001

_____. (org) et al.: **A prática dos Orientadores Educacionais,** 4. ed. São Paulo: Cortez , 2001, 158 p.

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Industrial, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República

_____. **Lei de Diretrizes e Base – Lei 4024/61,** 20 de Dezembro de 1961

_____. **Lei 5692/71,** 11 de agosto de 1971

_____ **Lei de Diretrizes e Base – Lei 9394/96**, 20 de dezembro de 1996

HOFFMANN, J.. **Avaliar para Promover: as setas do caminho**. Porto Alegre, Editora Mediação, 2001, p.175

LEME, P. **Memórias**. São Paulo: Cortez, 1988. v.1 e 2

LEVENFUS, R. S. et al. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOFFREDI, L. E. **Paradigma de Orientação Educacional: baseado no Modelo de Relação de Ajuda de Carkhuff**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1929/c. 1950. (Obras completas de Lourenço Filho, v. II).

MARTINS, José do Prado. **Princípios e Métodos da Orientação Educacional**. 2. ed. São Paulo; Atlas, 1984.

PLACCO, V. M. N. S. **Formação e prática do educador e do orientador: confrontos e questionamentos**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1998.

SILVA. S. G. O. **A relação Família/Escola**, Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/a-relacao-familia%10escola-3012/artigo/Acesso em: 08 de abril de 2009>.

SOLÉ, I. **Orientação Educacional e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TIBA...I. **“Quem ama, educa”** . Gente, p.38, 2002